

---

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

---

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 1.036/2021 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE MOTOTAXISTA E CONTÉM  
OUTRAS DISPOSIÇÕES.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 49, § 1º, e 64, inciso V, da Lei Orgânica Municipal:

**FAÇO SABER** que a Egrégia **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** - Esta Lei regulamenta o exercício do serviço de transporte de passageiros "mototaxista", em conformidade com a Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009 e Resolução 356, de 02 de agosto de 2010 do Contran.

§ 1º - A atividade de que trata o caput devem ser exercidas em motocicleta, conforme disposto nesta Lei.

§ 2º - É atividade específica dos profissionais de que trata o caput deste artigo:

I - transporte de passageiros;

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 2º** - Para o disposto nesta Lei, considera-se MOTOTÁXI o serviço de transporte individual remunerado de passageiros em veículo automotor tipo motocicleta;

**Art. 3º** - Somente serão licenciados para o serviço de transporte público remunerado que dispõe esta Lei, os veículos apropriados às características do serviço e que satisfaçam à especificação, normas e padrões técnicos estabelecidos pelos órgãos competentes, observado:

I - veículos dotados de motores com potências de:

Mínima de 125 cc;  
Máxima de 250 cc.

II - em perfeito estado de conservação;

**Parágrafo Único** - Os veículos deverão ser registrados pelo órgão de trânsito do Estado, na categoria aluguel, para transporte de passageiro ou carga, em conformidade com o art. 135 do Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar.

**Seção I**  
**Do Cadastramento**

**Art. 4º** - Os autorizados e os veículos de que se trata esta Lei são cadastrados junto a SITTRANS E DETRAN/PB.

§ 1º - Será fornecido certificado de registro cadastral, através da expedição de ALVARÁ INDIVIDUAL, com validade de 01 (um) ano, facultada a renovação por igual período.

§ 2º - Os autorizados devem manter atualizado e solicitar o cancelamento de seu cadastro junto a SITTRANS.

§ 3º - O autorizado cadastrado caso deixe de efetuar a renovação do Alvará Individual no segundo ano sequente da

data da última renovação poderá ter seu cadastro cancelado, salvo efetue o pagamento das taxas do Alvará Individual dos anos anteriores em que não adimpliu;

**Art. 5º** - Para o exercício das atividades previstas no art. 1º, o condutor necessita:

- I - Ter completado 21 (vinte e um) anos;
- II - Possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria "A", conforme o artigo 147 do Código de Trânsito Brasileiro;
- III - Se possuir carteira de habilitação nas categorias AB, deve no documento de porte obrigatório constar a observação de que Exerce Atividade Remunerada (EAR);
- IV - Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran;
- V - Possuir na habilitação a observação de que Exerce Atividade Remunerada;
- VI - Usar colete de segurança e capacete dotados de dispositivos retrorefletivos, nos termos da regulamentação do Contran;
- VII - Usar uniforme de identificação padronizado, conforme a legislação municipal.
- VIII - Documento de Identidade - RG;
- IX - Estar em dia com a obrigação militar e eleitoral;
- X - Atestado médico de sanidade física e mental;
- XI - Comprovante de inscrição no INSS como contribuinte individual;
- XII - Duas fotos 3x4 coloridas, recentes;
- XIII - Comprovante de residência atualizado;
- XIV - Certidões Negativas Criminal e Atestado de Antecedentes Criminais;
- XV - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

**§1º** - O veículo deve ser cadastrado mediante:

- I** - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado no Município de Itaporanga, com respectivo seguro obrigatório;
- II** - Laudo de Vistoria de condições de segurança mínima de veículo expedido pela SITTRANS;
- III** - Placa de veículo de aluguel em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

**§ 2º** - Efetuado o cadastramento, será emitido pelo órgão competente a autorização de trânsito e o registro para o fim que se destina terá prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos.

**§ 3º** - O registro será emitido sob a forma de crachá de uso obrigatório em serviço.

**§ 4º** - Só será permitido ao mototaxista o cadastramento de apenas um (01) veículo.

**§ 5º** - O Certificado de Registro de Veículo (CRV), Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e o bilhete de seguro obrigatório (DPVAT) devem estar em nome autorizado pela Administração ou de terceiro que tenha autorizado expressamente o uso da Motocicleta para os fins estabelecidos nesta Lei.

**§ 6º** - Além da vistoria exigida por ocasião da renovação do licenciamento (CRLV), sujeitar-se-á o veículo a outras vistorias e inspeções semestrais por parte da SITTRANS, quando lhe aprouver.

**§ 7º** - Todos os veículos previstos nesta Lei devem contar com aparador de linha antena corta-pipas fixado no guidom do veículo, proteção para motor e pernas (mata-cachorro), fixados em sua estrutura, nos termos da Resolução do Contran.

## **SEÇÃO II**

### **Da Autorização Administrativa**

#### **Para Serviço Público**

**Art. 6º** - A delegação para exploração do transporte de que trata o art. 1º desta Lei, mediante Autorização é efetivada por meio de Decreto do Poder Executivo, ato discricionário, desde que atendidas às exigências desta Lei, conforme o caso, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

§ 1º - As Autorizações dos serviços de que trata esta Lei, somente se dão à pessoa física sendo pessoal e intransferível.

§ 2º - Ao Autorizado admite-se somente o cadastramento de um (01) veículo.

§ 3º - O Autorizado que deixar de executar o serviço deve informar ao órgão competente.

§ 4º - É permitida a indicação de preposto para auxiliar o prestador do serviço de transporte público remunerado que trata esta Lei.

§ 5º - A Autorização é ato discricionário e precário, que possibilitará ao particular a prática de um serviço de utilidade pública de forma individual e particular.

§ 6º - Entende-se por Autorização o ato formal pelo qual a Administração Pública confere ao particular, pessoa física, a prerrogativa de exercer procedimentos, exigências e garantias fixadas em Lei, a título oneroso, remuneradas diretamente pelos interessados.

§ 7º - O cancelamento da Autorização será solicitado pela parte interessada de forma expressa, procedendo o órgão competente baixa no cadastro geral.

**Art. 7º** - Não se admite qualquer forma de alienação que implique em cessão, empréstimo, locação ou sublocação do serviço a terceiros, salvo os casos previstos nesta Lei.

**Art. 8º** - Não será permitido o exercício das atividades previstas nesta Lei aos profissionais que detêm permissão ou concessão do município nas atividades de taxista, transporte escolar e transporte coletivo urbano ou rural.

**Art. 9º** - O Autorizado dos serviços previstos nesta Lei, podem se organizar em "Operadora de Serviço", "Central de Serviço", Cooperativas, Associações ou outras, não vinculando a autorização.

§ 1º - A organização de que trata o caput deste artigo tem por objetivo apenas reduzir custos da operacionalização.

§ 2º - No caso de organização em Operadora, Central, Cooperativas, Associações ou outra, os autorizados devem informar aos órgãos competentes.

§ 3º - O detentor do serviço tem o direito de desvincular da Operadora, Central, Cooperativas, Associações a qualquer tempo.

§ 4º - Ocorrendo o caso previsto no caput deste artigo, deve ser observada a legislação vigente aplicada aos estabelecimentos comerciais.

**Art. 10** - O número de autorizações para o serviço de transporte público remunerado de que trata esta Lei é na proporção de 01 (uma) moto para cada 350 habitantes do Município de Itaporanga-PB, levando-se em consideração os dados estatísticos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### **SEÇÃO III** **Do Serviço**



**Art. 11** - O veículo é dirigido apenas pelo detentor da autorização e preposto cadastrado no órgão competente.

**Art. 12** - A pessoa autorizada a operar o serviço de que trata esta Lei, deve apresentar:

- I - Alvará, expedido pelo órgão competente;
- II - Uniformes padronizados e em perfeito estado de conservação;
- III - Veículo padronizado, conforme dispuser a SITTRANS.

**Parágrafo Único** - O serviço de que trata esta Lei, é prestado no Município de Itaporanga-PB.

**Art. 13** - É obrigação do Autorizado:

- I - cumprir e fazer cumprir o disposto na presente Lei;
- II - zelar pela boa qualidade dos serviços, de modo a proporcionar segurança e conforto aos usuários;
- III - primar pela constante observância e respeito das leis e regulamentos de trânsito em todos os seus níveis e particularidades;
- IV - garantir a permanente segurança aos passageiros e a própria modalidade de transporte, sem quaisquer exceções ou ressalvas;
- V - manter o veículo empregado na execução dos serviços devida e permanentemente revisado, conservado e com todos os seus equipamentos, acessórios e itens em perfeito funcionamento e operação;
- VI - portar, além dos documentos pessoais e documentos do veículo empregado na execução do serviço, alvará emitido pelo órgão competente, de forma a identificar-se, facilmente, aos usuários e autoridades do Poder Público;
- VII - não pilotar a motocicleta sem estar devidamente munido dos documentos;
- VIII - o condutor e o passageiro devem utilizar capacete constando a identificação da placa alfanumérica do veículo, devendo ser dotado de viseira ou óculos de proteção, sendo proibido transitar sem os equipamentos de segurança, como também, transportar passageiro que se recuse a utilizá-los de forma correta e adequada;
- IX - não pilotar a motocicleta conduzindo mais de um passageiro ou com criança no colo;
- X - não conduzir passageiro alcoolizado ou sob efeito de substâncias tóxicas ou entorpecentes que, por seu visível estado físico, corra risco ao ser transportado;
- XI - não conduzir embrulho, pacote ou objeto equivalente que ocupe as mãos ou provoque má posicionamento no assento e/ou traga insegurança à sua condução;
- XII - recolher o veículo, quando ocorrer indícios de defeitos mecânicos;
- XII - evitar as arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- XIII - ficar o autorizado estacionado ou parado ao lado ou sobre canteiro central fora de sua respectiva praça captando passageiros;
- XIV - permitir o acesso de pessoal credenciado, pelo Órgão gestor, aos veículos, para efeito de fiscalização;

#### **SEÇÃO IV**

##### **Das Transferências e Troca de Praça entre os Autorizados**

**Art. 14** - A exploração dos serviços, somente poderá ser transferida, com a anuência do órgão gestor, após expressa aprovação da Superintendência Itaporanguense de Transportes e Trânsito - SITTRANS.

**Art. 15** - A transferência da exploração dos serviços e troca de praça entre os mototaxistas depende de:

- I - comprovada conveniência administrativa, assegurado o interesse público;



II - prévio requerimento, assinado, conjuntamente, pelo cedente e receptor;

III - apresentação, pelo Receptor, da documentação exigida, para exercer a função de "MOTO-TAXISTA", conforme legislação pertinente;

§ 1º - A transferência e troca de praça efetivar-se-á, mediante instrumento particular de cessão, no qual, todos os direitos e obrigações, integrantes do contrato de concessão ou termo de autorização, passarão ao receptor.

§ 2º - Ocorrendo "causa-mortis" do autorizado para exploração do serviço de mototaxista, automaticamente seu cadastro será cancelado e dado baixa nos cadastros da SITTRANS.

## **SEÇÃO V**

### **Do Preposto**

**Art. 16** - O Autorizado dos serviços de que trata esta Lei, pode indicar um preposto para auxiliá-lo.

§ 1º - A indicação do preposto é feita por escrito junto ao Órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 2º - A aceitação do preposto está condicionada ao cumprimento do disposto nesta Lei e às mesmas exigências impostas ao detentor do serviço.

§ 3º - A Escala do detentor do serviço e do preposto será entregue no Órgão Municipal competente para fiscalização do cumprimento.

## **SEÇÃO VI**

### **Da Propaganda**

**Art. 17** - É vedada a publicidade do serviço de que trata esta Lei nos telefones públicos, postes de iluminação, escolas, creches e outros bens públicos.

**Parágrafo Único** - A infração ao disposto no caput, implicará na penalidade prevista no art. 163 do Código Penal Brasileiro.

**Art. 17-A** - Somente é permitido a distribuição de cartão e afixação de propaganda na Praça onde esteja vinculado o autorizado, com direito a publicidade de patrocinador.

**Parágrafo Único** - É vedada a propaganda política, de cigarros, materiais ligados ao tabagismo, bebidas alcoólicas ou entorpecentes, literatura pornográfica ou atentatória à moral e política.

## **SEÇÃO VII**

### **Dos Pontos e Praças**

**Art. 18** - Ponto ou Praça é a denominação dada ao local onde os mototaxistas estacionam seus veículos.

**Parágrafo Único** - É, expressamente, proibida a remuneração, em forma de aluguel, para terceiros usarem o ponto, constituindo-se, tal fato, infração, passiva de cassação da autorização.

**Art. 19** - O Poder Público, por meio de Decreto ou Lei, indicará os pontos ou praça onde o Autorizado pode parar e estacionar o seu veículo, respeitando o limite máximo de vagas determinadas e as disposições do art. 10 desta Lei.

**Art. 20** - É proibido exercer os serviços de que trata esta Lei nos pontos de transporte alternativo de passageiros, de táxi e ônibus.

§ 1º - É direito do passageiro a escolha do Autorizado, independente da sua disposição no ponto.

§ 2º - Os pontos de estacionamento são devidamente sinalizados pelo órgão competente.

## **CAPÍTULO II MOTOTAXI**

**Art. 21** - É o serviço de transporte individual remunerado de passageiros em veículo automotor tipo motocicleta, dotados dos seguintes equipamentos, além dos outros previstos nesta Lei:

- I - alças metálicas, traseira e lateral, destinadas a apoio e segurança do passageiro;
- II - cano de escapamento revestido por material isolante térmico;
- III - suporte para os pés do passageiro;
- IV - capa de chuva para o condutor, se necessário, fornecido pelo mototaxista.
- V - REVOGADO
- VI - espelho retrovisor de ambos os lados.

### **Parágrafo Único - REVOGADO**

**Art. 21-A** - O Autorizado do serviço de mototáxi pode circular livremente em busca de passageiros e apanhá-los onde for solicitado.

**Art. 21-B** - Fica proibido o estacionamento de veículos mototáxi nos pontos e proximidades de ônibus coletivos, táxis, parada de emergência reservada a veículo de socorro, carro forte, estacionamento não destinado a motocicletas e particulares.

## **CAPÍTULO III DA TARIFA**

**Art. 22** - As tarifas dos serviços de Mototáxi serão estabelecidas, pela categoria, podendo ser regulada em acordo com os poderes constituídos em caso de abuso.

**Art. 23** - O Poder Público assegurará o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços e as condições indispensáveis à prestação de serviço adequado.

**Art. 24** - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços será, assegurado, mediante:

- I - Tarifa justa e revisão periódica;
- II - Não imposição de obrigações acessórias, sem cobertura de custo dos executantes.

**Art. 25** - A exploração do serviço de que trata esta Lei, é remunerado por tarifa com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetro e coeficientes técnicos em função da característica e peculiaridade do sistema, objeto do presente regulamento.

## **CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 26** - O Poder Executivo, através do Órgão competente - SITTRANS, fiscalizará o serviço de transporte de passageiros e o fiel cumprimento das normas e preceitos, contidos, nesta Lei e nas respectivas ordens de serviço.

## **CAPÍTULO IV-A DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

### **Seção I Das Infrações**

**Art. 27** - Constitui infração administrativa a ação ou omissão do condutor que importe desobediência aos deveres e às proibições estabelecidas nesta Lei e nas demais normas complementares.

**Art. 28** - Além da penalidade aplicada pelo descumprimento da legislação de trânsito e das normas regulamentares, sujeitará o mototaxista conforme a gravidade da falta, as seguintes penalidade:

- I - advertência;
- II - apreensão do veículo;
- III - suspensão temporária da autorização;
- IV - cassação da autorização;

§ 1º - Os autorizados responderão pelas infrações cometidas por seus respectivos prepostos cadastrados;

§ 2º - Quando a infração tiver caráter pessoal e for cometida por preposto, a anotação far-se-á no cadastro deste;

**Art. 29** - Constituem infrações passíveis de penalidade aos condutores, principal e preposto, além das previstas no Código de Trânsito Brasileiro, as seguintes condutas em suas graduações de gravidade:

#### LEVES

- I - deixar de atualizar os dados cadastrais próprios e do condutor preposto;
- II - deixar de observar as condições de higiene, conforto e conservação do veículo e do capacete;
- III - prestar o serviço em trajes impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes ou em condições inadequadas de asseio;
- IV - não providenciar outro veículo para o transporte de passageiros no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizado o tráfego;
- V - não tratar com urbanidade e respeito os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral;
- VI - fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso da viagem;
- VII - abandonar o veículo no ponto de mototáxi;
- VIII - abastecer o veículo quando estiver conduzindo passageiro.

#### MÉDIAS

- IX - utilizar equipamentos ou propaganda de qualquer natureza, sem a devida autorização da SITTRANS;
- X - não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinado pelo órgão fiscalizador;
- XI - deixar de atender as notificações da SITTRANS no prazo estabelecido;
- XII - não usar as vestimentas obrigatórias de identificação de mototáxi;
- XIII - REVOGADO;
- XIV - trafegar utilizando fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento;
- XV - aliciar passageiros nos pontos de táxi ou de transportes alternativos;
- XVI - rebocar outro veículo sem segurar o guidão com ambas as mãos, salvo para indicação de manobras entre veículos;
- XVII - não portar, quando em serviço, a documentação referente à autorização, propriedade ou licenciamento do veículo, habilitação e credencial do condutor, além da tabela de tarifa;
- XVIII - fazer ponto de parada de mototáxi fora dos locais definidos em regulamento ou não respeitar o número de vagas permitido;
- XIX - recusar atendimento ao usuário em preferência a outro, salvo nos casos previstos em lei.
- XX - deixar de comunicar a SITTRANS sobre as ocorrências de acidentes em que tenha se envolvido, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;



**GRAVES**

**XXI** - cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário;  
**XXII** - trafegar sem utilizar os equipamentos exigidos por lei ou normas regulamentares;  
**XXIII** - promover alterações estruturais no ponto de mototáxi;  
**XXIV** - transportar mercadorias e animais na garupa da motocicleta;  
**XXV** - utilizar o veículo fora das características e especificações estabelecidas pelo Poder Autorizante Municipal;  
**XXVI** - interromper a operação do serviço sem prévia anuência do Poder Autorizante Municipal;  
**XXVII** - substituir o veículo sem a prévia comunicação e autorização do Poder Autorizante Municipal;  
**XXVIII** - cometer três ou mais infrações gravíssimas, dispostas no Código de Trânsito Brasileiro;  
**XXIX** - dificultar a ação fiscalizadora do órgão competente;  
**XXX** - seguir itinerário mais extenso ou oneroso, salvo com autorização do usuário;  
**XXXI** - cobrar tarifas em desacordo com a tabela estabelecida pelo órgão competente;  
**XXXII** - trafegar com o capacete no guidão ou nos braços;  
**XXXIII** - não renovar a autorização para prestação do serviço nos prazos legais e regulamentares.  
**XXXIV** - recusar-se a entregar aos agentes de trânsito, mediante recibo, o cartão de identificação do condutor e a Autorização Municipal exigidos na forma da legislação, para averiguação de sua autenticidade.

**GRAVÍSSIMAS**

**XXXV** - utilizar o ponto de mototáxi para efetuar serviços estranhos à condução de passageiros;  
**XXXVI** - transportar passageiro ou trafegar com veículo não autorizado pelo Poder Autorizante Municipal;  
**XXXVII** - apresentar autorização adulterada ou irregular;  
**XXXVIII** - trafegar com o veículo defeituoso e que implique desconforto ou risco para o passageiro ou trânsito em geral;  
**XXXIX** - transferir, alugar ou arrendar a Autorização ou permitir que pessoas não autorizadas pelo Poder Autorizante Municipal dirijam veículo, quando em serviço;  
**XL** - utilizar ou favorecer que terceiros utilizem o veículo para a prática de ação delituosa;  
**XLI** - operar o veículo estando a Autorização suspensa ou cassada;  
**XLII** - portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo;  
**XLIII** - agredir fisicamente qualquer fiscal, passageiro ou colega de trabalho ou, ainda, os agentes de fiscalização no exercício de suas funções.  
**XLIV** - Transportar mais de um passageiro por deslocamento.

**SEÇÃO II****Das Penalidades**

**Art. 30.** Os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - apreensão do veículo;
- III - suspensão temporária da autorização;
- IV - cassação da autorização;

**Art. 31.** A advertência escrita será aplicada quando o infrator incidir nas condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XIII, XXI e XXX do art.29 desta Lei.

**Art. 32.** A apreensão do veículo ocorrerá, quando for considerado em condições impróprias para o serviço por inobservância das normas regulamentares, por oferecer risco à segurança dos usuários ou por outras questões disciplinares do mototaxista.

**Parágrafo único** - O veículo apreendido, somente será liberado, após a correção das irregularidades e pagamento das

multas.

**Art. 33.** A suspensão do condutor será aplicada, sem prejuízo das demais penalidades, nos seguintes casos:

**I** - quando o Autorizado for reincidente no cometimento de infração de natureza grave;

**II** - na prática das infrações previstas nos incisos I, VIII, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXXI, XXXII, XXXV e XLI do art. 28 e incisos XXXVI, XXXVII, XLII, XLIII, e XLIV do art. 29 desta Lei, cumulativamente ou não.

§ 1º - O prazo da suspensão poderá ser de 15(quinze) a 40(quarenta) dias e será fixado segundo a gravidade da infração, observado o disposto no Processo Administrativo Punitivo.

§ 2º - A pena de suspensão da autorização será fixada por Portaria expedida pelo Poder Autorizante Municipal.

**Art. 34.** Dar-se-á à cassação da autorização nos seguintes casos:

**I** - cometer mais de três infrações graves, no período de 12 meses;

**II** - atrasar, por mais de 60 (sessenta) dias, o pagamento dos tributos, taxas ou emolumentos, devidos, ao município;

**III** - As suspensões e cassações serão precedidas de Inquérito Administrativo e publicadas no Jornal do Município;

**IV** - quando da reincidência na prática das infrações previstas nos incisos XX e XXXIV do art. 29 e art. 33 desta Lei;

**V** - quando o autorizado tiver sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH cassada pelo órgão competente;

**VI** - quando o autorizado sofrer condenação criminal, transitada em julgado, por crime relacionado ao cumprimento da função autorizada;

**VII** - na prática da infração prevista no inciso XXIX, XXXIX, XLI, XLII, XLIII do art. 29 desta Lei.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos XL, XLIII do art. 29, em que se verifique a situação de flagrância atestada por agente público competente, será aplicada a medida administrativa de suspensão do autorizado pelo período que durar o correspondente processo administrativo.

**Art. 34-A** - A autorização é cassada em caso de condenação criminal por tráfico de drogas, qualquer modalidade de homicídio na sua forma dolosa, crimes sexuais e patrimoniais, transitado em julgado.

**Art. 35** - Cassada a Autorização Municipal, deverá o condutor comparecer ao Poder Autorizante Municipal para efetuar os procedimentos de descaracterização do veículo, nos termos a serem fixados no decreto regulamentador, além de promover a devolução da Autorização Municipal e cartão de identificação do condutor.

**Parágrafo único.** Não comparecendo o condutor, o Poder Autorizante Municipal poderá solicitar apoio da Polícia Militar de Trânsito e efetuar a apreensão do veículo e realizar sua descaracterização.

**Art. 36** - Para fins de contagem das infrações descrita nos artigos 29 desta Lei, será considerado o prazo de 01 (um) ano anterior à última anotação.

**Art. 37** - A competência, para aplicação das penalidades, será da SITTRANS.

**Art. 38** - O infrator terá 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Notificação de multa, para efetuar o respectivo pagamento.



**Parágrafo único** - Somente poderá renovar o alvará após efetuar o respectivo pagamento da multa administrativa, conforme dispõe os arts. 30 e 32.

**Art. 39** - O Processo Administrativo Punitivo será definido pelo Decreto Regulamentar elaborado pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 40** - Poderá, o Infrator, requerer a SITTRANS a reconsideração da penalidade aplicada, recorrendo, em caso de indeferimento, ao Prefeito Municipal, em última instância administrativa, em igual prazo de 10 (dez) dias, sem recolhimento do valor da multa devida.

**Parágrafo único** - Dado provimento ao recurso haverá a anulação da infração e dado baixa no registro.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 41** - A SITTRANS órgão competente da Prefeitura Municipal deve exercer a mais ampla fiscalização com vista a fixar instruções normativas e complementares.

**Art. 42** - Os casos omissos são apreciados pelos órgãos competentes envolvidos e decididos pelo Executivo Municipal.

**Art. 43** - A Administração Pública fiscaliza a prestação de serviços para o fiel cumprimento das normas e preceitos contidos nesta Lei e respectivos contratos de permissão.

**Art. 44** - A Administração Pública a qualquer momento deve intervir no serviço, especialmente objetivando assegurar sua adequada execução dentro dos limites seguros e dignos, garantindo o fiel cumprimento das normas regulares e demais dispositivos legais pertinentes.

**Art. 45** - Fica assegurado o direito adquirido dos condutores de veículos já cadastrados e em atividade há mais de 03 (três) anos, comprovadamente, desde que preencha todos os requisitos desta Lei.

**Art. 46** - As motocicletas, capacetes e coletes devem conter a numeração relativa ao cadastro dos Autorizados.

**Art. 47** - O número máximo de veículos (motocicletas) será limitado a um número equivalente a 01 (um) veículo para cada 350 habitantes, conforme dados atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 47-A** - Ao preenchimento de todas as vagas previstas, será feito um cadastro e reserva e o mesmo será publicado em todos os meios de comunicação possíveis, além de ser entregue uma cópia ao sindicato da categoria e ao solicitante da vaga.

**Art. 48** - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 472 de 13 de Novembro de 1998.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Itaporanga - PB, em 07 de dezembro de 2021.

**DIVALDO DANTAS**  
Prefeito Constitucional

**Publicado por:**  
Marianna Neves de Almeida  
**Código Identificador:**F82BBC85

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba no dia 23/12/2021. Edição 3010

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/famup/>





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 27/2021 DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

**APROVADO**

Câmara Municipal de Itaporanga

Votação x Unanimidade

E sessão de dia 06/12/2021

[Assinatura]  
Presidente

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE MOTOTAXISTA E CONTÉM  
OUTRAS DISPOSIÇÕES.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA,  
ESTADO DA PARAÍBA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelos  
artigos 49, § 1º, e 64, inciso V, da Lei Orgânica Municipal:

FAÇO SABER que a Egrégia CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o exercício do serviço de transporte de  
passageiros "mototaxista", em conformidade com a Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho  
de 2009 e Resolução 356, de 02 de agosto de 2010 do Contran.

§ 1º - A atividade de que trata o caput devem ser exercidas em motocicleta,  
conforme disposto nesta Lei.

§ 2º - É atividade específica dos profissionais de que trata o caput deste  
artigo:

I - transporte de passageiros;

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º - Para o disposto nesta Lei, considera-se MOTOTÁXI o serviço de  
transporte individual remunerado de passageiros em veículo automotor tipo  
motocicleta;



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 3º** - Somente serão licenciados para o serviço de transporte público remunerado que dispõe esta Lei, os veículos apropriados às características do serviço e que satisfaçam à especificação, normas e padrões técnicos estabelecidos pelos órgãos competentes, observado:

**I** - veículos dotados de motores com potências de:

- a) Mínima de 125 cc;
- b) Máxima de 250 cc.

**II** - ter no máximo 6 (dez) anos de vida útil e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

**Parágrafo Único** - Os veículos deverão ser registrados pelo órgão de trânsito do Estado, na categoria aluguel, para transporte de passageiro ou carga, em conformidade com o art. 135 do Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar.

**Seção I**

**Do Cadastramento**

**Art. 4º** - Os autorizados e os veículos de que se trata esta Lei são cadastrados junto a SITTRANS E DETRAN/PB.

§ 1º - Será fornecido certificado de registro cadastral, através da expedição de ALVARÁ INDIVIDUAL, com validade de 01 (um) ano, facultada a renovação por igual período.

§ 2º - Os autorizados devem manter atualizado e solicitar o cancelamento de seu cadastro junto a SITTRANS.

§ 3º - O autorizado cadastrado caso deixe de efetuar a renovação do Alvará Individual no segundo ano sequente da data da última renovação poderá ter seu



**Estado da Paraíba**  
**Prefeitura Municipal de Itaporanga**  
**Gabinete do Prefeito**

---

cadastro cancelado, salvo efetue o pagamento das taxas do Alvará Individual dos anos anteriores em que não adimpliu;

**Art. 5º** - Para o exercício das atividades previstas no art. 1º, o condutor necessita:

- I - Ter completado 21 (vinte e um) anos;
- II - Possuir habilitação, por pelo menos 2 (dois) anos, na categoria "A", conforme o artigo 147 do Código de Trânsito Brasileiro;
- III - Se possuir carteira de habilitação nas categorias AB, deve no documento de porte obrigatório constar a observação de que Exerce Atividade Remunerada (EAR);
- IV - Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Contran;
- V - Possuir na habilitação a observação de que Exerce Atividade Remunerada;
- VI - Usar colete de segurança e capacete dotados de dispositivos retrorefletivos, nos termos da regulamentação do Contran;
- VII - Usar uniforme de identificação padronizado, conforme a legislação municipal.
- VIII - Documento de Identidade - RG;
- IX - Estar em dia com a obrigação militar e eleitoral;
- X - Atestado médico de sanidade física e mental;
- XI - Comprovante de inscrição no INSS como contribuinte individual;
- XII - Duas fotos 3x4 coloridas, recentes;
- XIII - Comprovante de residência atualizado;
- XIV - Certidões Negativas Criminal e Atestado de Antecedentes Criminais;
- XV - Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

**§1º** - O veículo deve ser cadastrado mediante:

- I - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado no Município de Itaporanga, com respectivo seguro obrigatório;





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

II - Laudo de Vistoria de condições de segurança mínima de veículo expedido pela SITTRANS;

III - Placa de veículo de aluguel em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.

§ 2º - Efetuado o cadastramento, será emitido pelo órgão competente a autorização de trânsito e o registro para o fim que se destina.

§ 3º - O registro será emitido sob a forma de crachá de uso obrigatório em serviço.

§ 4º - Só será permitido ao mototaxista o cadastramento de apenas um (01) veículo.

§ 5º - O Certificado de Registro de Veículo (CRV), Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e o bilhete de seguro obrigatório (DPVAT) devem estar em nome autorizado pela Administração ou de terceiro que tenha autorizado expressamente o uso da Motocicleta para os fins estabelecidos nesta Lei.

§ 6º - Além da vistoria exigida por ocasião da renovação do licenciamento (CRLV), sujeitar-se-á o veículo a outras vistorias e inspeções semestrais por parte da SITTRANS, quando lhe aprouver.

§ 7º - Todos os veículos previstos nesta Lei devem contar com aparador de linha antena corta-pipas fixado no guidom do veículo, proteção para motor e pernas (mata-cachorro), fixados em sua estrutura, nos termos da Resolução do Contran.

## **SEÇÃO II**

### **Da Autorização Administrativa**

#### **Para Serviço Público**

**Art. 6º** - A delegação para exploração do transporte de que trata o art. 1º desta Lei, mediante Autorização é efetivada por meio de Decreto do Poder Executivo,



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

ato discricionário, desde que atendidas às exigências desta Lei, conforme o caso, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos.

§ 1º - As Autorizações dos serviços de que trata esta Lei, somente se dão à pessoa física sendo pessoal e intransferível.

§ 2º - Ao Autorizado admite-se somente o cadastramento de um (01) veículo.

§ 3º - O Autorizado que deixar de executar o serviço deve informar ao órgão competente.

§ 4º - É permitida a indicação de preposto para auxiliar o prestador do serviço de transporte público remunerado que trata esta Lei.

§ 5º - A Autorização é ato discricionário e precário, que possibilitará ao particular a prática de um serviço de utilidade pública de forma individual e particular.

§ 6º - Entende-se por Autorização o ato formal pelo qual a Administração Pública confere ao particular, pessoa física, a prerrogativa de exercer procedimentos, exigências e garantias fixadas em Lei, a título oneroso, remuneradas diretamente pelos interessados.

§ 7º - O cancelamento da Autorização será solicitado pela parte interessada de forma expressa, procedendo o órgão competente baixa no cadastro geral.

**Art. 7º** - Não se admite qualquer forma de alienação que implique em cessão, empréstimo, locação ou sublocação do serviço a terceiros, salvo os casos previstos nesta Lei.

**Art. 8º** - Não será permitido o exercício das atividades previstas nesta Lei aos profissionais que detêm permissão ou concessão do município nas atividades de taxista, transporte escolar e transporte coletivo urbano ou rural.



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 9º** - O Autorizado dos serviços previstos nesta Lei, podem se organizar em "Operadora de Serviço", "Central de Serviço", Cooperativas, Associações ou outras, não vinculando a autorização.

**§ 1º** - A organização de que trata o caput deste artigo tem por objetivo apenas reduzir custos da operacionalização.

**§ 2º** - No caso de organização em Operadora, Central, Cooperativas, Associações ou outra, os autorizados devem informar aos órgãos competentes.

**§ 3º** - O detentor do serviço tem o direito de desvincular da Operadora, Central, Cooperativas, Associações a qualquer tempo.

**§ 4º** - Ocorrendo o caso previsto no caput deste artigo, deve ser observada a legislação vigente aplicada aos estabelecimentos comerciais.

**Art. 10** - O número de autorizações para o serviço de transporte público remunerado de que trata esta Lei é na proporção de 01 (uma) moto para cada 350 habitantes do Município de Itaporanga-PB, levando-se em consideração os dados estatísticos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

### **SEÇÃO III**

#### **Do Serviço**

**Art. 11** - O veículo é dirigido apenas pelo detentor da autorização e preposto cadastrado no órgão competente.

**Art. 12** - A pessoa autorizada a operar o serviço de que trata esta Lei, deve apresentar:

I - Alvará, expedido pelo órgão competente;

II - Uniformes padronizados e em perfeito estado de conservação;





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

III - Veículo padronizado, conforme dispuser a SITTRANS.

**Parágrafo Único** - O serviço de que trata esta Lei, é prestado no Município de Itaporanga-PB.

**Art. 13** - É obrigação do Autorizado:

- I - cumprir e fazer cumprir o disposto na presente Lei;
- II - zelar pela boa qualidade dos serviços, de modo a proporcionar segurança e conforto aos usuários;
- III - primar pela constante observância e respeito das leis e regulamentos de trânsito em todos os seus níveis e particularidades;
- IV - garantir a permanente segurança aos passageiros e a própria modalidade de transporte, sem quaisquer exceções ou ressalvas;
- V - manter o veículo empregado na execução dos serviços devida e permanentemente revisado, conservado e com todos os seus equipamentos, acessórios e itens em perfeito funcionamento e operação;
- VI - portar, além dos documentos pessoais e documentos do veículo empregado na execução do serviço, alvará emitido pelo órgão competente, de forma a identificar-se, facilmente, aos usuários e autoridades do Poder Público;
- VII - não pilotar a motocicleta sem estar devidamente munido dos documentos;
- VIII - o condutor e o passageiro devem utilizar capacete constando a identificação da placa alfanumérica do veículo, devendo ser dotado de viseira ou óculos de proteção, sendo proibido transitar sem os equipamentos de segurança, como também, transportar passageiro que se recuse a utilizá-los de forma correta e adequada;
- IX - não pilotar a motocicleta conduzindo mais de um passageiro ou com criança no colo;
- X - não conduzir passageiro alcoolizado ou sob efeito de substâncias tóxicas ou entorpecentes que, por seu visível estado físico, corra risco ao ser transportado;
- XI - não conduzir embrulho, pacote ou objeto equivalente que ocupe as mãos ou provoque má posicionamento no assento e/ou traga insegurança à sua condução;



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

- XII - recolher o veículo, quando ocorrer indícios de defeitos mecânicos;
- XII - evitar as arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;
- XIII - ficar o autorizado estacionado ou parado ao lado ou sobre canteiro central fora de sua respectiva praça captando passageiros;
- XIV - permitir o acesso de pessoal credenciado, pelo Órgão gestor, aos veículos, para efeito de fiscalização;

**SEÇÃO IV**

**Das Transferências e Troca de Praça  
entre os Autorizados**

**Art. 14** - A exploração dos serviços, somente poderá ser transferida, com a anuência do órgão gestor, após expressa aprovação da Superintendência Itaporanguense de Transportes e Trânsito - SITTRANS.

**Art. 15** - A transferência da exploração dos serviços e troca de praça entre os mototaxistas depende de:

- I - comprovada conveniência administrativa, assegurado o interesse público;
- II - prévio requerimento, assinado, conjuntamente, pelo cedente e receptor;
- III - apresentação, pelo Receptor, da documentação exigida, para exercer a função de "MOTO-TAXISTA", conforme legislação pertinente;

§ 1º - A transferência e troca de praça efetivar-se-á, mediante instrumento particular de cessão, no qual, todos os direitos e obrigações, integrantes do contrato de concessão ou termo de autorização, passarão ao receptor.

§ 2º - Ocorrendo "causa-mortis" do autorizado para exploração do serviço de mototaxista, automaticamente seu cadastro será cancelado e dado baixa nos cadastros da SITTRANS.



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**SEÇÃO V  
Do Preposto**

**Art. 16** - O Autorizado dos serviços de que trata esta Lei, pode indicar um preposto para auxiliá-lo.

**§ 1º** - A indicação do preposto é feita por escrito junto ao Órgão competente da Prefeitura Municipal.

**§ 2º** - A aceitação do preposto está condicionada ao cumprimento do disposto nesta Lei e às mesmas exigências impostas ao detentor do serviço.

**§ 3º** - A Escala do detentor do serviço e do preposto será entregue no Órgão Municipal competente para fiscalização do cumprimento.

**SEÇÃO VI  
Da Propaganda**

**Art. 17** - É vedada a publicidade do serviço de que trata esta Lei nos telefones públicos, postes de iluminação, escolas, creches e outros bens públicos.

**Parágrafo Único** - A infração ao disposto no caput, implicará na penalidade prevista no art. 163 do Código Penal Brasileiro.

**Art. 18** - Somente é permitido a distribuição de cartão e afixação de propaganda na Praça onde esteja vinculado o autorizado, com direito a publicidade de patrocinador.

**Parágrafo Único** - É vedada a propaganda política, de cigarros, materiais ligados ao tabagismo, bebidas alcoólicas ou entorpecentes, literatura pornográfica ou atentatória à moral e política.





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**SEÇÃO VII**

**Dos Pontos e Praças**

**Art. 18** - Ponto ou Praça é a denominação dada ao local onde os mototaxistas estacionam seus veículos.

**Parágrafo Único** - É, expressamente, proibida a remuneração, em forma de aluguel, para terceiros usarem o ponto, constituindo-se, tal fato, infração, passiva de cassação da autorização.

**Art. 19** - O Poder Público, por meio de Decreto ou Lei, indicará os pontos ou praça onde o Autorizado pode parar e estacionar o seu veículo, respeitando o limite máximo de vagas determinadas e as disposições do art. 10 desta Lei.

**Art. 20** - É proibido exercer os serviços de que trata esta Lei nos pontos de transporte alternativo de passageiros, de táxi e ônibus.

**§ 1º** - É direito do passageiro a escolha do Autorizado, independente da sua disposição no ponto.

**§ 2º** - Os pontos de estacionamento são devidamente sinalizados pelo órgão competente.

**CAPÍTULO II**

**MOTOTAXI**

**Art. 21** - É o serviço de transporte individual remunerado de passageiros em veículo automotor tipo motocicleta, dotados dos seguintes equipamentos, além dos outros previstos nesta Lei:

I - alças metálicas, traseira e lateral, destinadas a apoio e segurança do passageiro;

II - cano de escapamento revestido por material isolante térmico;



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

III - suporte para os pés do passageiro;

IV - capa de chuva para o condutor, se necessário, fornecido pelo mototaxista.

V - touca descartável para o uso do passageiro, que desejar usar.

VI - espelho retrovisor de ambos os lados.

**Parágrafo Único** - O Autorizado deve adquirir as toucas descartáveis em número suficiente para atender a demanda diária e ficará responsável pelo descarte da mesma.

**Art. 22** - O Autorizado do serviço de mototáxi pode circular livremente em busca de passageiros e apanhá-los onde for solicitado.

**Art. 23** - Fica proibido o estacionamento de veículos mototáxi nos pontos e proximidades de ônibus coletivos, táxis, parada de emergência reservada a veículo de socorro, carro forte, estacionamento não destinado a motocicletas e particulares.

### **CAPÍTULO III DA TARIFA**

**Art. 22** - As tarifas dos serviços de Moto-Taxi serão estabelecidas, pelo órgão gestor;

**Art. 23** - O Poder Público assegurará o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços e as condições indispensáveis à prestação de serviço adequado.

**Art. 24** - O equilíbrio econômico-financeiro dos serviços será, assegurado, mediante:

I - Tarifa justa e revisão periódica;

II - Não imposição de obrigações acessórias, sem cobertura de custo dos executantes.



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 25** - A exploração do serviço de que trata esta Lei, é remunerado por tarifa com base em planilha de custos, contendo metodologia de cálculo, parâmetro e coeficientes técnicos em função da característica e peculiaridade do sistema, objeto do presente regulamento.

**CAPÍTULO IV  
DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 26** - O Poder Executivo, através do Órgão competente - SITTRANS, fiscalizará o serviço de transporte de passageiros e o fiel cumprimento das normas e preceitos, contidos, nesta Lei e nas respectivas ordens de serviço.

**CAPÍTULO IV-A  
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Seção I  
Das Infrações**

**Art. 27** - Constitui infração administrativa a ação ou omissão do condutor que importe desobediência aos deveres e às proibições estabelecidas nesta Lei e nas demais normas complementares.

**Art. 28** - Além da penalidade aplicada pelo descumprimento da legislação de trânsito e das normas regulamentares, sujeitará o mototaxista conforme a gravidade da falta, as seguintes penalidade:

- I - advertência;
- II - apreensão do veículo;
- III - suspensão temporária da autorização;
- IV - cassação da autorização;

**§ 1º** - Os autorizados responderão pelas infrações cometidas por seus respectivos prepostos cadastrados;





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

§ 2º - Quando a infração tiver caráter pessoal e for cometida por preposto, a anotação far-se-á no cadastro deste;

**Art. 29** - Constituem infrações passíveis de penalidade aos condutores, principal e preposto, além das previstas no Código de Trânsito Brasileiro, as seguintes condutas em suas gradações de gravidade:

**LEVES**

- I - deixar de atualizar os dados cadastrais próprios e do condutor preposto;
- II - deixar de observar as condições de higiene, conforto e conservação do veículo e do capacete;
- III - prestar o serviço em trajes impróprios ou ofensivos à moral e aos bons costumes ou em condições inadequadas de asseio;
- IV - não providenciar outro veículo para o transporte de passageiros no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário ou em percurso que esteja inviabilizado o tráfego;
- V - não tratar com urbanidade e respeito os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral;
- VI - fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso da viagem;
- VII - abandonar o veículo no ponto de mototáxi;
- VIII - abastecer o veículo quando estiver conduzindo passageiro.

**MÉDIAS**

- IX - utilizar equipamentos ou propaganda de qualquer natureza, sem a devida autorização da SITTRANS;
- X - não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinado pelo órgão fiscalizador;
- XI - deixar de atender as notificações da SITTRANS no prazo estabelecido;
- XII - não usar as vestimentas obrigatórias de identificação de mototáxi;
- XIII - não obedecer à fila no ponto de mototáxi;



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

XIV - trafegar utilizando fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento;

XV - aliciar passageiros nos pontos de táxi ou de transportes alternativos;

XVI - rebocar outro veículo sem segurar o guidão com ambas às mãos, salvo para indicação de manobras entre veículos;

XII - não portar, quando em serviço, a documentação referente à autorização, propriedade ou licenciamento do veículo, habilitação e credencial do condutor, além da tabela de tarifa;

XIII - fazer ponto de parada de mototáxi fora dos locais definidos em regulamento ou não respeitar o número de vagas permitido;

XIX - recusar atendimento ao usuário em preferência a outro, salvo nos casos previstos em lei.

XX - deixar de comunicar a SITTRANS sobre as ocorrências de acidentes em que tenha se envolvido, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

**GRAVES**

XXI - cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem, exceto por solicitação do usuário;

XXII - trafegar sem utilizar os equipamentos exigidos por lei ou normas regulamentares;

XXIII - promover alterações estruturais no ponto de mototáxi;

XXIV - transportar mercadorias e animais na garupa da motocicleta;

XXV - utilizar o veículo fora das características e especificações estabelecidas pelo Poder Autorizante Municipal;

XXVI - interromper a operação do serviço sem prévia anuência do Poder Autorizante Municipal;

XXVII - substituir o veículo sem a prévia comunicação e autorização do Poder Autorizante Municipal;

XXVIII - cometer duas ou mais infrações gravíssimas, dispostas no Código de Trânsito Brasileiro;

XXIX - dificultar a ação fiscalizadora do órgão competente;

XXX - seguir itinerário mais extenso ou oneroso, salvo com autorização do usuário;



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

XXXI - cobrar tarifas em desacordo com a tabela estabelecida pelo órgão competente;

XXXII - trafegar com o capacete no guidão ou nos braços;

XXXIII - não renovar a autorização para prestação do serviço nos prazos legais e regulamentares.

XXXIV - recusar-se a entregar aos agentes de trânsito, mediante recibo, o cartão de identificação do condutor e a Autorização Municipal exigidos na forma da legislação, para averiguação de sua autenticidade.

**GRAVÍSSIMAS**

XXXV - utilizar o ponto de mototáxi para efetuar serviços estranhos à condução de passageiros;

XXXVI - transportar passageiro ou trafegar com veículo não autorizado pelo Poder Autorizante Municipal;

XXXVII - apresentar autorização adulterada ou irregular;

XXXVIII - trafegar com o veículo defeituoso e que implique desconforto ou risco para o passageiro ou trânsito em geral;

XXXIX - transferir, alugar ou arrendar a Autorização ou permitir que pessoas não autorizadas pelo Poder Autorizante Municipal dirijam veículo, quando em serviço;

XL - utilizar ou favorecer que terceiros utilizem o veículo para a prática de ação delituosa;

XLI - operar o veículo estando a Autorização suspensa ou cassada;

XLII - portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo;

XLIII - agredir fisicamente qualquer fiscal, passageiro ou colega de trabalho ou, ainda, os agentes de fiscalização no exercício de suas funções.

XLIV - Transportar mais de um passageiro por deslocamento.





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**SEÇÃO II  
Das Penalidades**

**Art. 30.** Os infratores ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - apreensão do veículo;
- III - suspensão temporária da autorização;
- IV - cassação da autorização;

**Art. 31.** A advertência escrita será aplicada quando o infrator incidir nas condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XIII, XXI e XXX do art. 29 desta Lei.

**Art. 32.** A apreensão do veículo ocorrerá, quando for considerado em condições impróprias para o serviço por inobservância das normas regulamentares, por oferecer risco à segurança dos usuários ou por outras questões disciplinares do mototaxista.

**Parágrafo único** - O veículo apreendido, somente será liberado, após a correção das irregularidades e pagamento das multas.

**Art. 33.** A suspensão do condutor será aplicada, sem prejuízo das demais penalidades, nos seguintes casos:

- I - quando o Autorizado for reincidente no cometimento de infração de natureza grave;
- II - na prática das infrações previstas nos incisos I, VIII, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXXI, XXXII, XXXV e XLI do art. 28 e incisos XXXVI, XXXVII, XLII, XLIII, e XLIV do art. 29 desta Lei, cumulativamente ou não.



**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

§ 1º - O prazo da suspensão poderá ser de 15(quinze) a 40(quarenta) dias e será fixado segundo a gravidade da infração, observado o disposto no Processo Administrativo Punitivo.

§ 2º - A pena de suspensão da autorização será fixada por Portaria expedida pelo Poder Autorizante Municipal.

**Art. 34.** Dar-se-á à cassação da autorização nos seguintes casos:

- I - cometer mais de três infrações graves, no período de 12 meses;
- II - atrasar, por mais de 60 (sessenta) dias, o pagamento dos tributos, taxas ou emolumentos, devidos, ao município;
- III - As suspensões e cassações serão precedidas de Inquérito Administrativo e publicadas no Jornal do Município;
- IV - quando da reincidência na prática das infrações previstas nos incisos XX e XXXIV do art. 29 e art. 33 desta Lei;
- V - quando o autorizado tiver sua Carteira Nacional de Habilitação - CNH cassada pelo órgão competente;
- VI - quando o autorizado sofrer condenação criminal em primeira instância por crime relacionado ao cumprimento da função autorizada;
- VII - na prática da infração prevista no inciso XXIX, XXXIX, XLI, XLII, XLIII do art. 29 desta Lei.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos XL, XLIII do art. 29, em que se verifique a situação de flagrância atestada por agente público competente, será aplicada a medida administrativa de suspensão do autorizado pelo período que durar o correspondente processo administrativo.

**Art. 34 -** A autorização é cassada em caso de condenação criminal por tráfico ilícito de drogas, qualquer modalidade de homicídio na sua forma dolosa, crimes sexuais e patrimoniais, transitado em julgado.

**Art. 35 -** Cassada a Autorização Municipal, deverá o condutor comparecer ao Poder Autorizante Municipal para efetuar os procedimentos de descaracterização



**Estado da Paraíba**  
**Prefeitura Municipal de Itaporanga**  
**Gabinete do Prefeito**

---

do veículo, nos termos a serem fixados no decreto regulamentador, além de promover a devolução da Autorização Municipal e cartão de identificação do condutor.

**Parágrafo único.** Não comparecendo o condutor, o Poder Autorizante Municipal poderá solicitar apoio da Polícia Militar de Trânsito e efetuar a apreensão do veículo e realizar sua descaracterização.

**Art. 36** - Para fins de contagem das infrações descrita nos artigos 29 desta Lei, será considerado o prazo de 02 (dois) anos anteriores à última anotação.

**Art. 37** - A competência, para aplicação das penalidades, será da SITTRANS.

**Art. 38** - O infrator terá 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Notificação de multa, para efetuar o respectivo pagamento.

**Parágrafo único** - Somente poderá renovar o alvará após efetuar o respectivo pagamento da multa administrativa, conforme dispõe os arts. 30 e 32.

**Art. 39** - O Processo Administrativo Punitivo será definido pelo Decreto Regulamentar elaborado pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 40** - Poderá, o Infrator, requerer a SITTRANS a reconsideração da penalidade aplicada, recorrendo, em caso de indeferimento, ao Prefeito Municipal, em última instância administrativa, em igual prazo de 10 (dez) dias, sem recolhimento do valor da multa devida.

**Parágrafo único** - Dado provimento ao recurso haverá a anulação da infração e dado baixa no registro.





**Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Itaporanga  
Gabinete do Prefeito**

---

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 41** - A SITTRANS órgão competente da Prefeitura Municipal deve exercer a mais ampla fiscalização com vista a fixar instruções normativas e complementares.

**Art. 42** - Os casos omissos são apreciados pelos órgãos competentes envolvidos e decididos pelo Executivo Municipal.

**Art. 43** - A Administração Pública fiscaliza a prestação de serviços para o fiel cumprimento das normas e preceitos contidos nesta Lei e respectivos contratos de permissão.

**Art. 44** - A Administração Pública a qualquer momento deve intervir no serviço, especialmente objetivando assegurar sua adequada execução dentro dos limites seguros e dignos, garantindo o fiel cumprimento das normas regulares e demais dispositivos legais pertinentes.

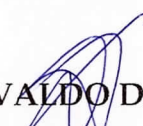
**Art. 45** - Fica assegurado o direito adquirido dos condutores de veículos já cadastrados e em atividade há mais de 03 (três) anos, comprovadamente, desde que preencha todos os requisitos desta Lei.

**Art. 46** - As motocicletas, capacetes e coletes devem conter a numeração relativa ao cadastro dos Autorizados.

**Art. 47** - O número máximo de veículos (motocicletas) será limitado a um número equivalente a 01 (um) veículo para cada 350 habitantes, conforme dados atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 48** - Esta Lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 472 de 13 de Novembro de 1988.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Itaporanga - PB, em 22 de outubro de 2021.

  
**DIVALDO DANTAS**  
Prefeito Constitucional



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI  
nº 27/2021.**

**PARECER AO PROJETO DE LEI DE Nº 27/2021 –  
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTOTAXISTAS E  
CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES.**

**I – Relatório**

Propositura do Poder Executivo Municipal, submete-se a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Itaporanga, o Projeto de Lei de nº 27/2021, que dispõe sobre Regulamentação da prestação de serviços de mototaxistas e contém outras disposições.

Observa-se que o Vereador Relator, Márcio José Gomes Rufino, propôs as seguintes emendas:

- Alteração da redação do II do Art. 3º;
- Alteração da redação do § 2º do art. 5º;
- Revoga inciso V e parágrafo único do Art. 21;
- Alteração da redação do art. 22;
- Alteração da redação do Art. 29;
- Alteração da redação do VI do Art. 34;
- Acrescenta o art. 34-A;
- Alteração da redação do Art. 36;
- Acrescenta o art. 47-A.

**II – Parecer da Comissão**

Trata-se Projeto de Lei de nº 27/2021, que dispõe sobre Regulamentação da prestação de serviços de mototaxistas e contém outras disposições, bem como das emendas propostas.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

Pois bem, conforme se observa, o Poder Executivo Municipal possui legitimidade para a propositura da matéria em apreciação conforme o IV do Art. 109 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como, o I do Art. 7º da Lei Orgânica do Município.

No que diz respeito às propostas de Emenda, conforme nos diz o Art. 50 do Regimento Interno, estão em coadunação com o direito.

Assim, tratando-se deste assunto, com as determinações da Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa, verificamos o devido amparo legal para o regular trâmite da propositura em análise.

A Comissão de Justiça e Redação, opinou pelo seguimento do projeto e emendas em análise, haja vista sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação à técnica-legislativa.

É o Parecer desta Comissão, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Itaporanga/PB, em 23 de novembro de 2021.

**Hélio Rodrigues**  
Vereador Presidente

**Márcio José Gomes Rufino**  
Vereador Relator

**José Jailson Honorio de Sousa**  
Vereador Membro





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA  
(Casa Adauto Antônio de Araújo)

EMENDA 01/2021 AO PROJETO DE LEI Nº 27/2021



Altera a redação do inciso II, artigo 3º; o inciso II, do artigo 5º; inciso I e §2º, do artigo 22, inciso VI, artigo 34, modifica o artigo 36 e acrescenta artigo; revoga o inciso V e parágrafo único do artigo 21 e o inciso XIII do Artigo 29, renumera os incisos do Artigo 29 e altera o inciso XXIV e XXVIII; acrescenta o artigo 47-A, ao Projeto de Lei nº 27/2021 advindo do Executivo Municipal.

Art. 1º - Altera o art. 3º inciso II e art. 5º inciso I e §2º, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º (...)

II- Em perfeito estado de conservação.

Art. 5º- (...)

(...)

§2º - Efetuado o cadastramento, será emitido pelo órgão competente a autorização de trânsito e o registro para o fim que se destina terá prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos.

Art. 2º - Revoga o inciso V e parágrafo único do art. 21, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 21- (...)

I- (...)

II- (...)

III- (...)

IV- (...)

V- REVOGADO

VI- (...)

Parágrafo Único – REVOGADO

Art. 3º - Altera o art. 22, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 22- As tarifas dos serviços de Mototáxi serão estabelecidas, pela categoria, podendo ser



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**  
**(Casa Adauto Antônio de Araújo)**

---

**regulada em acordo com os poderes constituídos em caso de abuso.**

Art. 4º - Revoga o inciso XIII, altera os incisos XXIV e XXVIII do art. 29 e renumera os incisos XVII e XVIII deste, que passará a ter a seguinte redação:

**Art. 29- (...)**

**XIII – REVOGADO**

**XXIV – Transportar animais na garupa da motocicleta.**

**XVII – (...)**

**XVIII – (...)**

**XXVIII – Cometer três ou mais infrações gravíssimas, dispostas no Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 5º - Altera o art. 34, que passará a ter a seguinte redação:

**Art. 34 – (...)**

**VI - Quando o autorizado sofrer condenação criminal transitada em julgado, por crime relacionado ao cumprimento da função autorizada.**

Art. 6º - Modifica numeração repetida do art. 34, que passa a ser o art. 34-A, com a seguinte redação:

**Art. 34-A – A autorização é cassada em caso de condenação criminal por tráfico de drogas, qualquer modalidade de homicídio na sua forma dolosa, crimes sexuais e patrimoniais, transitado em julgado.**

Art. 7º - Altera o art. 36, que passará a ter a seguinte redação:

**Art. 36 – Para fins de contagem das infrações descrita nos artigos 29 desta Lei, será considerado o prazo de 01 (um) ano anterior à última anotação.**

Art. 8º - Acrescenta o art. 47-A, que passará a ter a seguinte redação:

**Art. 47-A – Ao preenchimento de todas as vagas previstas, será feito um cadastro de reserva e o**

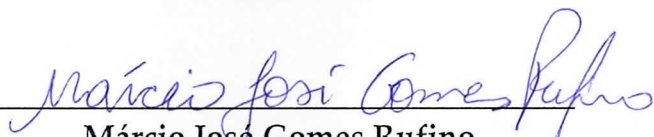


**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**  
**(Casa Adauto Antônio de Araújo)**

---

mesmo será publicado em todos os meios de comunicações possíveis, além de ser entregue uma cópia ao Sindicato da categoria e ao solicitante da vaga.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Itaporanga, em 23 de novembro de 2021.

  
Márcio José Gomes Rufino  
Vereador